
Koin
Administradora de
Cartões e Meios de
Pagamento S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021
e relatório do auditor independente



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Koin Administradora de Cartões
e Meios de Pagamento S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Koin Administradora de Cartões e Meios de Pagamento S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Koin Administradora de Cartões e Meios de Pagamento S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota 1 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia tem apurado prejuízos repetitivos em suas operações e apresentou excesso de passivos sobre ativos circulantes no encerramento do exercício no montante de R\$ 55.715 mil. Essa situação, entre outras descritas na Nota 1, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre sua continuidade operacional. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfase

Chamamos atenção para as Notas 1 e 7 das demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia mantém saldos e operações comerciais em montantes significativos com partes relacionadas nas condições nela descritas. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles



Koin Administradora de Cartões
e Meios de Pagamento S.A.

internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Koin Administradora de Cartões
e Meios de Pagamento S.A.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de maio de 2022


Priscila da Costa e Silva Paschoal Gomes
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:
Priscila C. S. Paschoal Gomes
Signed By: PRISCILA DA COSTA E SILVA PASCHOAL GOMES 25258...
CPF: 25258876598
Signing Time: 20 May 2022 | 20:40 BRT

ICP Brasil logo with a green checkmark and the text 'ICP Brasil' in a green box.
089A49C43A674FAC54A630AE141FDDAA
Priscila da Costa e Silva Paschoal Gomes
Contadora CRC 1SP222241/O-0

Koin Administradora de Cartões e Meios de Pagamento S.A.**Balanço patrimonial em 31 de dezembro**
Em milhares de reais

Ativo	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	2021	2020
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	20.385	5.092	Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	3.534	752
Contas a receber (Nota 6)	49.416	12.682	Fornecedores (Nota 13)	1.502	1.045
Adiantamento a fornecedores	236	291	Contas a pagar	72	-
Tributos a recuperar (Nota 17)	89	17	Arrendamentos a pagar (Nota 11)	454	381
Partes relacionadas (Nota 7)	60	60	Salários e encargos sociais (Nota 15)	5.659	1.644
Demais ativos	50	-	Tributos a recolher (Nota 17)	1.453	1.004
Total do ativo circulante	70.236	18.142	Partes relacionadas (Nota 7)	103.665	18.058
			Outras contas a pagar (Nota 14)	9.612	5.186
			Total do passivo circulante	125.951	28.070
Não circulante			Não circulante		
Realizável a longo prazo			Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	17.723	19.554
Depósitos judiciais	55	24	Provisão para contingências (Nota 16)	137	30
Outros investimentos (Nota 10)	245	-	Arrendamentos a pagar (Nota 11)	602	859
Total do ativo não circulante	300	24	Tributos a recolher (Nota 17)	2.357	2.907
			Total do passivo não circulante	20.819	23.350
Imobilizado (Nota 8)	530	233	Total do passivo	146.770	51.420
Intangível (Nota 9)	1.041	287	Patrimônio líquido (Nota 19)		
Direito de uso (Nota 11)	753	885	Capital social	23.810	23.810
Total do ativo	2.324	1.405	Prejuízos acumulados	(97.720)	(55.659)
			Total do patrimônio líquido	(73.910)	(31.849)
Total do ativo não circulante	2.624	1.429	Total do passivo e patrimônio líquido	72.860	19.571

DocuSigned by:

 Gabriel Lacombe
 CPF: 62719842085-1460

COO

DocuSigned by:

 Márcio Soares de Camargo
 CPF: 252F7505AE3A4F...

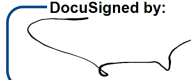
CPF: 265.433.338-8
 CRC: 1SP245118/0-7

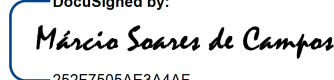
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Koin Administradora de Cartões e Meios de Pagamento S.A.**Demonstração do resultado e do resultado abrangente****Exercícios findos em 31 de dezembro**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2021	2020
Receita de vendas e serviços (Nota 20)	4.096	962
Custo das vendas e serviços (Nota 21)	(1.549)	(1.080)
Lucro (prejuízo) bruto	2.547	(118)
Despesas comerciais (Nota 21)	(1.034)	(59)
Despesas gerais e administrativas (Nota 21)	(45.071)	(24.417)
	(46.105)	(24.476)
Prejuízo operacional	(43.558)	(24.594)
Receitas financeiras (Nota 22)	5.527	3.268
Despesas financeiras (Nota 22)	(4.030)	(7.644)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	1.497	(4.376)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(42.061)	(28.970)
Imposto de renda e contribuição social diferido (Nota 18)	-	(10.769)
Prejuízo do exercício	(42.061)	(39.739)
Prejuízo básico e diluído por ação	(1,77)	(1,98)
Prejuízo do exercício	(42.061)	(39.739)
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Total de resultado abrangente do exercício	(42.061)	(39.739)

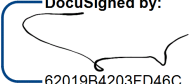
DocuSigned by:

 62019B4203FD46C...
Gabriel Lacombe Junqueira Franco
 COO

DocuSigned by:

 252E7505AE3A4AF...
Márcio Soares de Campos
 CPF: 265.433.338-80
 CRC: 1SP245118/0-7

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Koin Administradora de Cartões e Meios de Pagamento S.A.**Demonstração das mutações no patrimônio líquido****Exercícios findos em 31 de dezembro****Em milhares de reais**

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2020	31.972	(51.477)	(19.505)
Aumento de capital (Nota 19)	27.395		27.395
Absorção de prejuízo (Nota 19)	(35.557)	35.557	-
Prejuízo do exercício	-	(39.739)	(39.739)
Em 31 de dezembro de 2020	23.810	(55.659)	(31.849)
Prejuízo do exercício	-	(42.061)	(42.061)
Em 31 de dezembro de 2021	23.810	(97.720)	(73.910)

DocuSigned by:

 62019B4203FD46C...
Gabriel Lacombe Junqueira Franco

COO

DocuSigned by:

 252F7505AE3A4AF...
Márcio Soares de Campos


CPF: 265.433.338-80

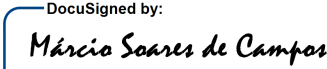
CRC: 1SP245118/0-7

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Koin Administradora de Cartões e Meios de Pagamento S.A.**Demonstração dos fluxos de caixa**
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2021	2020
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(42.061)	(28.970)
Ajustes de receitas e despesas não envolvendo caixa		
Juros sobre arrendamentos	329	134
Juros sobre empréstimos/ mútuo	2.396	2.470
Depreciação e amortização	456	368
Ajuste por redução de pagamentos de arrendamentos	-	254
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.996	6.502
Provisão para contingências	107	(73)
Variações no capital circulante		
Contas a receber	(41.730)	12.000
Tributos a recuperar	(72)	(11)
Adiantamentos a fornecedores	55	(155)
Demais ativos e outros ativos	(326)	15
Fornecedores e outras contas a pagar	4.955	(37.185)
Salários e encargos sociais	4.015	(624)
Tributos a recolher	(101)	1.565
Partes relacionadas	75.747	18.091
Caixa líquido (usado nas) gerado pelas atividades operacionais	8.766	(25.619)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo intangível	(754)	-
Aquisição de ativo imobilizado	(362)	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(1.116)	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Aumento do capital	-	27.395
Pagamento de arrendamentos	(772)	(338)
Captação de empréstimos/ mútuo	9.172	20.200
Pagamento de empréstimos	(757)	(23.632)
Caixa líquido (usados nas) gerados pelas atividades de financiamento	7.643	23.625
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	15.293	(1.994)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.092	7.086
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	20.385	5.092

DocuSigned by:

 62019B4203FD46C...
 Gabriel Lacombe Junqueira Franco
 COO

DocuSigned by:

 252F7505AE3A4AF...
 Márcio Soares de Campos
 CPF: 265.433.338-80
 CRC: 1SP245118/O-7

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Koin Administradora de Cartões e Meios de Pagamento S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Seção A - Informações gerais

1 Informações gerais

1.1 Contexto operacional

A Koin Administradora de Cartões e Meios de Pagamento S.A. (“Companhia”) é uma Companhia anônima de capital fechado, constituída no Brasil em 2 de abril de 2013 e que tem como principal objetivo a prestação de serviços de meios de pagamento pós-pago (através de plataforma tecnológica própria de boleto bancário parcelado) para lojistas que fornecem bens ou serviços para o consumidor final, com a finalidade de incrementar a conversão de vendas dos estabelecimentos associados.

Durante o ano de 2020, a Companhia foi adquirida pela Dfinance Holding Ltda. (“Dfinance”), holding pertencente ao grupo Despegar.com Inc. A qual possui, na data do fechamento destas demonstrações financeiras, 84% do capital social da Companhia.

Com a chegada dos novos sócios, a Companhia começou o processo de integração de outros produtos no seu portfólio como, por exemplo, o Gateway de pagamentos e a solução de Antifraude, com o intuito de melhor atender as necessidades de seus clientes e parceiros.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 20 de maio de 2022.

1.2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional considerando a análise descrita na nota 1.4 (c) com base também no seu plano de negócio descrito na nota 1.5.

A elaboração das demonstrações financeiras foi conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 25.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros, têm seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.1.

1.3 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

(a) Novas normas que entraram em vigor no exercício

As seguintes alterações de normas entraram em vigor em 1º de janeiro de 2021, mas não trouxeram nenhum impacto nas demonstrações financeiras:

Koin Administradora de Cartões e Meios de Pagamento S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Reforma da IBOR: Fase 2: alterações ao IFRS 9/CPC 48, IAS 39/CPC 38 e IFRS 7/CPC 40 - "Instrumentos Financeiros", ao IFRS 16/CPC 06(R2) - Arrendamentos, ao IFRS 4/CPC 11 "Contratos de Seguros". A Fase 2 da reforma da IBOR traz as seguintes exceções temporárias na aplicação das referidas normas, com relação a:
 - (i) Fluxos de caixa contratuais de ativos e passivos financeiros: permitido mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais sem ocasionar em desreconhecimento do contrato e, conseqüentemente, sem efeito imediato de ganho ou perda no resultado do exercício, desde que diretamente relacionada com a reforma da taxa de juros de referência e substituição da taxa de juros, e que a nova base seja considerada economicamente equivalente à base anterior.
 - (ii) Relações de hedge: a designação formal da relação de proteção deve ser alterada apenas para designar a taxa de referência alternativa como um risco coberto, alterar a descrição do item protegido e/ou alterar a descrição do instrumento de cobertura. Tal alteração na designação formal da relação de proteção não constitui descontinuação da relação de proteção e nem nova relação de proteção, portanto sem efeitos imediatos no resultado do exercício.
- Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento: alterações ao CPC 06 (R2) "Arrendamentos": prorrogação da aplicação do expediente prático de reconhecimento das reduções obtidas nos pagamentos dos arrendamentos diretamente no resultado do exercício e não como uma modificação de contrato, até 30 de junho de 2022.

Não há outras normas ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

1.4 Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19 como uma pandemia. As autoridades governamentais de diversos países, incluindo o Brasil, impuseram restrições de contenção do vírus. A Companhia definiu plano de gestão da pandemia, com medidas preventivas e de mitigação dos seus efeitos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais.

A extensão dos impactos da COVID-19 dependerá da duração da pandemia, eventuais novas restrições impostas pelos governos. A Companhia realizou uma série de iniciativas visando garantir a saúde de seus funcionários, prestadores de serviço e de seus clientes em resposta à expansão do COVID-19, evoluindo rapidamente para o modelo de trabalho remoto dos seus funcionários, incluindo o envio de computadores, monitores e teclados, garantindo a saúde de seus funcionários e que as operações se mantivessem com o mesmo nível de qualidade.

Desde o início da crise oriunda do COVID-19, a Companhia prosseguiu monitorando regularmente os efeitos da pandemia na continuidade de suas operações e em seus indicadores financeiros, com reporte direto à administração dentro de um comitê de risco, além de melhorias da estrutura de controles internos (principalmente em novos controles para o fluxo de reembolsos por cancelamentos aos clientes e alongando de prazo) e do reforço do monitoramento dos indicadores de liquidez e capital.

Dentro dos comitês, mudanças no perfil de risco e comportamento dos clientes (como por exemplo aumento dos atrasos nos pagamentos de clientes por conta dos cancelamentos involuntários das companhias aéreas) são capturadas tempestivamente auxiliando na mitigação do risco de crédito e na tomada de decisão estratégica de curto prazo para enfrentamento da crise, bem como de longo

Koin Administradora de Cartões e Meios de Pagamento S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

prazo para o pós-crise. Os resultados foram utilizados para balizar decisões de negócio pautadas pela sustentabilidade e gestão de riscos.

As avaliações mais relevantes estão comentadas a seguir:

a) **Análise de eventuais aumentos das perdas de crédito**

A Administração analisou o potencial risco relacionado ao aumento da inadimplência de seus clientes diante deste cenário desafiador e sem precedentes. A Administração realizou uma intensificação nos critérios de cobrança. Adicionalmente, diante do cenário de incertezas na economia, ocasionado pela pandemia do COVID-19, a Companhia revisou as variáveis que compõem a metodologia de mensuração das estimativas de perdas bem como os reflexos na recuperação dos créditos. Cabe salientar, que seguimos acompanhando diariamente o crédito e a situação financeira dos clientes, no entanto, não foi necessário constituir um reforço com valor expressivo de perdas estimadas com crédito. Em 2020, a Companhia reconheceu R\$ 9 milhões como perda efetiva de crédito baixando a provisão contra o contas a receber.

b) **Análise do cumprimento das obrigações assumidas com clientes e fornecedores**

A Administração avaliou seus principais contratos de fornecimento e suprimento de clientes e fornecedores, respectivamente, e concluiu que, apesar dos impactos causados pelo COVID-19, as obrigações contratuais seguem sendo cumpridas e não há evidências ou formalização de insolvência ou qualquer descontinuidade.

Mesmo assim, foram tomadas algumas medidas para proteger o capital da Companhia, como por exemplo, o alongamento dos prazos para reembolsos a clientes e para os pagamentos a alguns fornecedores. Adicionalmente, dadas as condições de incerteza sobre o momento de retorno ao local de trabalho e do formato da volta (100% presencial ou home-office parcial), a Administração negociou a devolução do terceiro andar, alugado no prédio domicílio da Companhia, como forma de diminuir os gastos fixos da Companhia.

c) **Avaliação da continuidade da Companhia**

A Companhia vem apurando prejuízos em suas operações, apresenta patrimônio líquido negativo e excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes, e conta com o equilíbrio financeiro de médio prazo que será alcançado através da geração operacional de caixa com a retomada do setor de viagens, complementados por possíveis operações de captação de recursos no mercado financeiro e o suporte financeiro do controlador. Em 2021, a Companhia obteve o apoio de seus acionistas para custear suas operações e recebeu um mútuo em 24 de maio de 2021 no valor de R\$ 9.172 com vencimento em maio de 2022, vide nota 7.

No momento da publicação destas demonstrações financeiras podemos verificar que os impactos da pandemia têm sido atenuados pela melhora progressiva do número de contágios devido ao amplo índice de vacinação da população Brasileira. As restrições a circulação diminuíram progressivamente no país e no exterior durante o ano de 2021 com implantação dos passaportes de vacinação e dos testes obrigatórios para a realização de viagens.

Consequentemente o índice de cancelamentos está voltando para os patamares tradicionalmente praticados o que tem ajudado a aliviar as pressões sobre o caixa da companhia.

A administração mantém uma perspectiva positiva para a normalização das operações da companhia durante o ano de 2022, permitindo a execução do plano de expansão conforme plano de negócio (nota 1.5).

Koin Administradora de Cartões e Meios de Pagamento S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1.5 Plano de negócio

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 55.715 (R\$ 9.928 em 2020). Além disso, a Companhia apresentou em 31 de dezembro de 2021 prejuízo de R\$ 42.061 (R\$ 39.739 em 2020), isso ocorre ainda por efeito da pandemia que além de afetar de forma contundente o setor de turismo, principal mercado dos nossos clientes, atrasou a implantação do nosso plano de expansão e diversificação de negócios que vai ampliar as receitas da companhia no médio e longo prazo.

Com a retomada das operações de turismo e dado o descasamento positivo do ciclo de caixa com a Decolar, nosso maior cliente, a Companhia consegue honrar os compromissos se financiando com o aumento da produção. Esta característica de ciclo de caixa positivo se aplica também, porém em menor medida para os outros estabelecimentos comerciais.

Apesar da Companhia vir apurando prejuízos em suas operações, apresentar excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes e patrimônio líquido negativo, a perspectiva de longo prazo continua sendo positiva ancorada no aumento exponencial do número de fintechs, que mais do que dobrou em menos de três anos, o que mostra claramente porque o Brasil é o principal hub na América Latina, que é impulsionado por fortes crescimentos no digital banking, trading e mercado de capitais, empréstimos e segmentos de seguros. A onda de transformação em serviços financeiros atingiu todos os cantos do mundo e a América Latina não fica indiferente a esta tendência, pois a região está fazendo uso exponencial de novas tecnologias para melhorar o acesso da população aos serviços financeiros. Além disso, a Companhia conta com uma plataforma própria, de comprovada performance, já integrada e testada pela parceria com a parte relacionada Decolar.com Ltda. (“Decolar”) desde o início de 2019 com mais de 100 mil transações canalizadas através de sua plataforma.

Em 2021, a Companhia acompanhou o processo de retomada do segmento turístico retomando o crescimento da receita e o início ao processo de diversificação dos segmentos de originação de operações de financiamento para outros segmentos não turísticos, como saúde, varejo, educação etc., fechando o ano com mais de 45 novas parcerias.

Neste contexto, a originação de financiamentos, que em 2020 era representada quase que 100% pelo segmento turístico, passou a representar menos de 80% no último trimestre de 2021.

De acordo com esta estratégia, o ano de 2021 exigiu a elevação do nível de investimentos e gastos em infraestrutura, sistemas, processos e pessoas para suportar a ampliação e diversificação dos negócios, sendo a base de sustentação para suportar o plano estratégico de longo prazo, que prevê a diversificação e ampliação da originação de financiamentos reduzindo o risco e dependência do segmento turístico e também a diversificação de receita oferecendo novos produtos nos próximos anos.

O plano estratégico de 10 anos contempla um período inicial de sucessivos prejuízos operacionais, em linha com a tendência comprovada pelas recentes performances de outras fintech de meios de pagamentos. Este período, entre 2 a 4 anos, de investimentos com despesas de pessoal, desenvolvimento de sistemas e infraestrutura e outros, é necessário para suportar a agressividade na escalabilidade de negócios, conforme as seguintes premissas: (i) 119% de crescimento anual em média nas intermediações nos próximos 5 anos; e (ii) expectativa de crescimento de 36% em média do negócio turístico (nosso principal parceiro).

Para suportar esta estratégia de crescimento e ganho de relevância: (i) os acionistas continuarão com o apoio financeiro à empresa via eventuais aportes de capital; e (ii) os acionistas poderiam abrir o espaço para investimentos de outros investidores interessados em o negócio da Companhia.

Koin Administradora de Cartões e Meios de Pagamento S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Seção B - Riscos

2 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

2.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Passivo contingente

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões trabalhistas, tributárias e cíveis, para as eventuais perdas decorrentes desses processos, são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pelo apoio de seus consultores legais externos. Consubstanciada na opinião de seus consultores legais, a Companhia entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis a cada caso já foram tomadas e são suficientes para preservar o patrimônio da Companhia, não existindo a necessidade de reconhecimento de quaisquer provisões adicionais em relação àquelas contabilizadas.

(b) Perda (*impairment*) de ativos financeiros

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico da Companhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício. Detalhes sobre as principais premissas e dados utilizados são divulgados na Nota 3.1 (b).

(c) Incentivos de longo prazo – Ações restritas

As provisões para pagamentos de incentivos aos colaboradores considerados chaves pela organização foram efetuadas considerando os cenários de valuation considerados mais adequados tendo em conta as projeções financeiras para a sustentação do ágio. Estas projeções consideram diversas premissas as quais estão sujeitas a variações significativas dependendo das condições conjunturais e estruturais tanto da Companhia como do país.

3 Gestão de risco financeiro

3.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros e risco de preço), risco de crédito, risco de capital e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

Koin Administradora de Cartões e Meios de Pagamento S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela administração. A tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. A Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de riscos, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

A Companhia está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de, basicamente, ao dólar dos Estados Unidos. O risco cambial decorre de relações comerciais com fornecedores domiciliados no exterior.

A exposição da Companhia ao risco de variação nas taxas de câmbio é aplicável principalmente às contas a pagar a fornecedores estrangeiros denominadas em moeda diferente da moeda funcional da Companhia.

A tabela a seguir mostra a exposição cambial líquida da Companhia em 31 de dezembro:

	2021		2020	
	Contas a pagar	Exposição cambial líquida	Contas a pagar	Exposição cambial líquida
Exposição em USD				
Dólar norte-americano (milhares)	(31)	(31)	(27)	(27)
Valores convertidos para milhares de reais	(176)	(176)	(138)	(138)

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a aplicação de recursos em termos de taxas pós-fixadas.

O principal risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos com taxas variáveis, expondo a Companhia ao risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

O risco de crédito é avaliado como baixo em face da carteira de clientes. As demonstrações financeiras contemplam provisão para fazer face a eventuais perdas na recuperação de recebíveis.

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. As receitas da Companhia advêm substancialmente da taxa de MDR (*Merchant Discount Rate*), taxa percentual cobrada do merchant em cada transação efetuada dentro do âmbito do arranjo de meios de pagamentos da Companhia.

Como resultado do ambiente econômico gerado pela crise do COVID-19 e seu respectivo impacto significativo, principalmente no mercado de turismo, a Companhia utilizou dados econômicos e de clientes com base nas principais agências de rating de forma a capturar o impacto esperado da crise na carteira de recebíveis e incrementou o fator prospectivo (vide nota 2.1 (b)).

Koin Administradora de Cartões e Meios de Pagamento S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração, monitorando as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	<u>Menos de um ano</u>	<u>Entre dois e cinco anos</u>	<u>Mais de cinco anos</u>
Em 31 de dezembro de 2021			
Fornecedores e contas a pagar	11.186		
Arrendamento a pagar	454	602	
Empréstimos e financiamentos	3.534	17.723	
Partes relacionadas	103.665		
Em 31 de dezembro de 2020			
Fornecedores e contas a pagar	6.231		
Arrendamentos a pagar	381	859	
Empréstimos e financiamentos	752	16.333	3.221
Partes relacionadas	18.058		

3.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Seção C - Notas explicativas relevantes selecionadas

4 Instrumentos financeiros por categoria

Ativos financeiros	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Ativos ao custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa (i)	20.385	5.092
Contas a receber	49.416	12.682
Partes relacionadas	60	60
Depósitos judiciais	55	24
	<u>69.916</u>	<u>17.858</u>

(i) As aplicações financeiras têm como objetivo a gestão conservadora dos recursos da Companhia, com foco na preservação do montante aplicado e grau de liquidez. As aplicações da Cia estão alocadas em Certificados de Depósito Bancário (CDBs), títulos públicos ou em operações compromissadas com lastro de terceiros, sempre em instituições de primeiro nível.

Koin Administradora de Cartões e Meios de Pagamento S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Passivos financeiros		
Passivo ao custo amortizado		
Fornecedores	1.502	1.045
Outras contas a pagar	9.684	5.186
Passivos de arrendamento	1.056	1.240
Empréstimos e financiamentos	21.257	20.307
Partes relacionadas	<u>103.665</u>	<u>18.058</u>
	<u>137.164</u>	<u>45.836</u>
5 Caixa e equivalentes de caixa		
	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Caixa e bancos em moeda local	776	
Aplicações financeiras (i)	<u>19.609</u>	<u>5.092</u>
	<u>20.385</u>	<u>5.092</u>

(i) Refere-se as aplicações da Cia estão alocadas em Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e operações compromissadas remuneradas em 97% de CDI.

6 Contas a receber

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Valores a receber	68.024	21.379
Juros a incorrer	(7.110)	(2.195)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (i)	<u>(11.498)</u>	<u>(6.502)</u>
	<u>49.416</u>	<u>12.682</u>

(i) Refere-se a perda estimada sobre os recebíveis vencidos e a vencer, baseado nos dados históricos da Companhia e nas probabilidades de perda futura estimadas pelos modelos internos.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo em 1º de janeiro	6.502	9.509
Provisões	8.507	7.291
Reversões	(3.511)	(789)
Perda efetiva – baixa contra contas a receber	<u>-</u>	<u>(9.509)</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>11.498</u>	<u>6.502</u>

A movimentação dos juros a incorrer está demonstrada a seguir:

Koin Administradora de Cartões e Meios de Pagamento S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo em 1º de janeiro	2.195	2.496
Vendas	12.827	3.995
Cancelamentos	(2.668)	(1.228)
Recebimento	<u>(5.244)</u>	<u>(3.008)</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u><u>7.110</u></u>	<u><u>2.195</u></u>

7 Partes relacionadas

A Companhia mantém transações em condições específicas com partes relacionadas as quais foram realizadas em condições e prazos definidos entre as partes considerando os tipos de transação.

(a) Contas a receber partes relacionadas

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Minoritário	60	60

(b) Contas a pagar operacional com partes relacionadas

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Contrato de mútuo (i)	9.860	
Serviço de referência de clientes (ii)	<u>93.805</u>	<u>18.058</u>
	<u>103.665</u>	<u>18.058</u>

(i) Captação de R\$ 9.172 atualizado ao IGPM, com vencimento em maio de 2022.

(ii) Refere-se aos valores a repassar à Decolar referente aos serviços de intermediação.

(c) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e administradores da Companhia. A remuneração paga ao pessoal-chave da administração por serviços prestados foi de R\$ 3.163 (2020 – R\$ 733).

Koin Administradora de Cartões e Meios de Pagamento S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Imobilizado

	<u>Equipamentos telecomunicações</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Computadores e periféricos</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2020	4	109	2	183	298
Depreciação	<u>(1)</u>	<u>(13)</u>	<u>(1)</u>	<u>(50)</u>	<u>(65)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3	96	1	133	233
Custo total	4	126	2	278	410
Depreciação acumulada	<u>(1)</u>	<u>(30)</u>	<u>(1)</u>	<u>(145)</u>	<u>(177)</u>
Valor residual	<u>3</u>	<u>96</u>	<u>1</u>	<u>133</u>	<u>233</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2021	3	96	1	133	233
Aquisição				362	362
Depreciação		<u>(12)</u>		<u>(53)</u>	<u>(65)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	3	84	1	442	530
Custo total	4	126	2	640	772
Depreciação acumulada	<u>(1)</u>	<u>(42)</u>	<u>(1)</u>	<u>(198)</u>	<u>(242)</u>
Valor residual	<u>3</u>	<u>84</u>	<u>1</u>	<u>442</u>	<u>530</u>

Koin Administradora de Cartões e Meios de Pagamento S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Intangível

	<u>Softwares</u>	<u>Marcas (i)</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2020	287	-	287
Saldos em 31 de dezembro de 2020	287	-	287
Saldos em 1º de janeiro de 2021	287	-	287
Aquisição	-	754	754
Saldos em 31 de dezembro de 2021	287	754	1.041

(i) A Companhia adquiriu a marca Koin já registrada no México por um terceiro. Os custos relacionados foram registrados em marcas e patentes.

10 Securitização

A Companhia endossa as CCB's emitidas, sem co-obrigação, por meio eletrônico, à Vert-Koin Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros (Vert-Koin). A Vert-Koin está comprometida na compra e securitização de créditos financeiros lastreados por meio da plataforma.

A Vert-Koin será responsável pela primeira emissão de debêntures simples, não conversível em ações, com juros de título, em duas (2) séries, desde que parte desses CCBs decorrentes de operações sejam vinculadas às debêntures da primeira série, no montante de R\$ 20.000 (80% de cotas sênior), estarão sujeitas à distribuição pública com esforços restritos e as debêntures da segunda série, no montante de R\$ 5.000 (20% de cotas subordinadas), estarão sujeitas à colocação privada, sendo a Koin a compradora das mesmas.

As características das debêntures estão descritas abaixo:

Valor da emissão agregada: R\$ 25.000, considerando a possibilidade de distribuição parcial.

Juros de primeira série: O valor unitário de face ou saldo do valor unitário de face das debêntures da primeira série deve acumular, a partir da primeira data de pagamento, juros compensatórios correspondentes a 100% da variação acumulada da Taxa DI, expressa em percentual por ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, mais um spread ou sobretaxa de 7% por ano.

Em dezembro de 2021, a Companhia efetuou a primeira transação, endossando R\$ 261 das quotas subordinadas para Vert-Koin, que em contrapartida emitiu R\$ 245 em debêntures contabilizada em outros investimentos.

11 Arrendamentos

O balanço patrimonial contém os seguintes saldos relacionados a arrendamentos:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Ativos de direito de uso		
Edificações	753	885
Passivos de arrendamentos		
Circulante	454	381
Não circulante	602	859
	<u>1.056</u>	<u>1.240</u>

Koin Administradora de Cartões e Meios de Pagamento S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A demonstração do resultado inclui os seguintes montantes relacionados a arrendamentos:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Encargo de depreciação dos ativos de direito de uso (incluído em despesas - encargo total de depreciação)	(391)	(303)
Ajustes por redução de pagamento	-	(254)
Despesas com juros (incluídas nas despesas financeiras)	(329)	(134)

Ativos de direito de uso

A movimentação de saldos dos ativos de direito de uso é evidenciada abaixo:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo em 1º de janeiro	885	1.852
Ajustes por remensuração (i)	259	(664)
Despesa de depreciação	(391)	(303)
Saldo de direito de uso em 31 de dezembro	<u>753</u>	<u>885</u>

Passivos de arrendamento

As movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro abaixo:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo em 1º de janeiro	1.240	1.854
Ajustes por remensuração (i)	259	(664)
Ajuste por redução de pagamentos (i)	-	254
Juros incorridos	329	134
Pagamentos	(772)	(338)
Saldo dos passivos de arrendamento em 31 de dezembro	<u>1.056</u>	<u>1.240</u>

(i) Em decorrência da pandemia da COVID-19, a Companhia renegotiou o contrato de aluguel em 2020 e obteve descontos sobre os valores contratuais acordados. Considerando o atendimento dos requisitos estabelecidos pela alteração da norma CPC 06 (R2) - "Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento", a Companhia adotou o expediente prático previsto na norma de registrar as referidas reduções nos pagamentos dos arrendamentos. Já em 2021, houve atualização contratual das parcelas a vencer.

A Companhia estimou a taxa de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seu contrato, ajustada à sua realidade ("spread" de crédito). Os "spreads" foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida da Companhia. A taxa praticada levando em consideração o prazo do contrato é de 8,56%.

Maturidade dos contratos

<u>Vencimento das prestações</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Menos de 1 ano	643	663
Entre 1 e 2 anos	679	525
Entre 2 e 5 anos	-	552
	<u>1.322</u>	<u>1.740</u>

Koin Administradora de Cartões e Meios de Pagamento S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Vencimento das prestações	2021	2020
Valores não descontados (Juros a apropriar)	(266)	(500)
Saldo em 31 de dezembro	1.056	1.240

12 Empréstimos e financiamentos

	2021	2020
Saldo em 1º de janeiro	20.306	21.268
Pagamentos	(757)	(21.258)
Captação	-	20.200
Juros	1.708	96
Saldo em 31 de dezembro	21.257	20.306
Circulante	3.534	752
Não Circulante	17.723	19.554
Saldo em 31 de dezembro	21.257	20.306

Em 2020, a Companhia reestruturou seus empréstimos e alongou o prazo da dívida. O empréstimo bancário em reais tem vencimento até 2026, a taxa de 4% a.a. + CDI-DI.

O contrato possui cláusulas restritivas (“covenants”) que podem requerer o vencimento antecipado em caso de descumprimento. Os covenants principais são:

(a) Restrições em novas captações/ mútuos com terceiros em prazo inferior ao prazo médio do presente empréstimo:

(i) para valores entre R\$ 50 milhões e R\$ 100 milhões, a Companhia deverá incorporar à cédula de empréstimo, uma garantia adicional, de cessão fiduciária de recebíveis previamente aprovados pelo banco, no montante de 50% do seu saldo devedor atualizado ou, alternativamente, constituir novo devedor solidário; e,

(ii) para valores acima de R\$ 100 milhões, a Companhia deverá incorporar a cédula de empréstimo uma garantia adicional, de cessão fiduciária de recebíveis previamente aprovados pelo banco, no montante de 100% do seu saldo devedor atualizado e, adicionalmente, constituir novo devedor solidário.

(iii) Para novas captações/ mútuos com terceiros com prazo médio superior ao atual empréstimo em pelo menos 1 (um) ano tais limitações não são aplicáveis.

(iv) Os limites dos pontos (i) e (ii) podem ser revistos trimestralmente mediante acordo entre as partes, com a apresentação dos resultados da Companhia.

(v) Ficam excluídas do conceito de novas captações/ mútuos as operações de FIDC – Fundo de apresentação de parecer de auditoria externa atestando que tais operações não devem ser classificadas como dívida.

(b) Pagamento de dividendos restrito a 25% do lucro líquido, desde que os demais covenants sejam cumpridos.

Koin Administradora de Cartões e Meios de Pagamento S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Cálculo <i>fair value</i>	Moeda	Fluxo de caixa valor justo
Itaú 17,2 MM CDI + 4%	Reais	19.462
Itaú 3 MM CDI + 4%	Reais	3.394
13 Fornecedores		
	2021	2020
Fornecedores em moeda local	1.502	1.045
14 Outras contas a pagar		
	2021	2020
Adiantamento de clientes		5.186
Valores a repassar	9.612	
	9.612	5.186
15 Salários e encargos sociais		
	2021	2020
INSS a recolher	1.001	533
FGTS a recolher	186	67
IRRF sobre salário a recolher	486	150
Pensões a repassar	1	-
Rescisões a pagar	2	-
Empréstimos consignados a repassar	29	-
Provisão para bônus	2.035	-
Provisão para férias	1.919	894
	5.659	1.644
16 Provisão para contingências		
(a) Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos relacionados a contingências:		
	2021	2020
Contingências cíveis (i)	137	30
(i) Referem-se basicamente às ações por danos morais e materiais, movidas por clientes, sendo que algumas destas causas pode ter tido depósitos judiciais os quais estão devidamente registrados no ativo.		
(b) A movimentação da provisão no exercício está demonstrada a seguir:		

Koin Administradora de Cartões e Meios de Pagamento S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo em 1º de janeiro	30	103
Provisões	129	-
Reversões	<u>(22)</u>	<u>(73)</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>137</u>	<u>30</u>

(c) Perdas possíveis não provisionadas

A Companhia possui ações de natureza cível, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, no valor de R\$ 1.393 (R\$ 810 em 2020), para os quais a Administração da Companhia, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, não constituiu provisão.

17 Tributos a recuperar e a recolher

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Imposto de renda retido na fonte a recuperar	83	15
COFINS a recuperar	2	2
Outros	<u>4</u>	<u>-</u>
Impostos a recuperar	<u>89</u>	<u>17</u>
Parcelamento impostos (i)	3.572	3.889
Imposto de renda retido na fonte a recolher	25	-
PIS/ COFINS a recolher	138	6
Imposto sobre serviços a recolher	17	3
Outros impostos	<u>58</u>	<u>13</u>
Impostos a pagar	<u>3.810</u>	<u>3.911</u>
Impostos a pagar circulante	<u>1.453</u>	<u>1.004</u>
Impostos a pagar não circulante	<u>2.357</u>	<u>2.907</u>

(i) A Companhia possui diversos parcelamentos classificados conforme quadro a seguir:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
COFINS	186	225
CSRF	32	41
INSS	2.791	2.929
IRRF	539	646
ISS	8	19
PIS	<u>16</u>	<u>29</u>
Total	<u>3.572</u>	<u>3.889</u>

Os parcelamentos têm seus vencimentos distribuídos da seguinte maneira:

Koin Administradora de Cartões e Meios de Pagamento S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2026</u>
COFINS	58	60	56	12	-
CSRF	13	12	7	-	-
INSS	964	960	606	199	62
IRRF	159	156	149	74	-
ISS	8	-	-	-	-
PIS	13	4	-	-	-
Total	1.215	1.192	818	285	62

18 Imposto de renda e contribuição social

Os tributos devidos sobre o lucro tributável foram apurados observando o regime de lucro real. A Companhia não obteve lucro fiscal e por isso não apurou imposto de renda e contribuição social. Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(42.061)	(28.970)
Alíquota combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas previstas na legislação	14.301	9.850
Adições permanentes, líquidas	(2.633)	(226)
Adições temporárias para as quais nenhum imposto diferido foi reconhecido	(2.701)	(2.642)
Base negativa cujo diferimento foi desconsiderado por falta expectativa de realização	(8.966)	(17.751)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	-	(10.769)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(10.769)

Com base no CPC 32 - Tributos sobre o Lucro e considerando os estudos técnicos internos sobre a expectativa de realização dos saldos de prejuízo fiscal e base negativa, a Companhia de forma conservadora optou por não realizar o reconhecimento do ativo fiscal diferido sobre o saldo de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas da contribuição social, além de despesas não dedutíveis temporariamente na apuração do lucro tributável, no montante de R\$ 99.945 (R\$ 38.400 em 2020) para imposto de renda e para contribuição social, os quais não possuem prazos prescricionais e sendo sua compensação limitada a 30% dos lucros tributáveis apurados em cada período-base futuro. Em 2020, a Companhia registrou a baixa do imposto de renda e contribuição social diferidos no montante de R\$ 10.769, com base nas projeções de resultados futuros nos quais demonstram a não utilização destes créditos por lucros tributáveis projetados para os próximos exercícios.

19 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Koin Administradora de Cartões e Meios de Pagamento S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o capital social totalmente subscrito e integralizado está dividido em 23.809.524 ações com valor nominal de R\$ 1 cada, distribuídas da seguinte forma:

	Quantidade de quotas	
	2021	2020
Dfinance Holding Ltda.	20.000.000	20.000.000
Koin LLC	3.809.524	3.809.524
Ricardo Laureano Siqueira (*)		
	23.809.524	23.809.524

(*) O acionista possui 0,001 ação da Companhia.

A Administração aprovou, por meio de Alteração do estatuto social, realizada em 30 de julho de 2020, aumento do capital social no montante de R\$ 7.395, com a emissão de 7.395.038 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 cada, totalmente integralizadas, além da redução de capital social para compensação de prejuízos acumulados no montante de R\$ 35.557 com o cancelamento de 35.557.488 ações.

A Administração aprovou, por meio de Alteração do estatuto social, realizada em 20 de agosto de 2020, aumento do capital social no montante de R\$ 20.000, com emissão de 20.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 cada, totalmente integralizadas pela Dfinance.

20 Receitas de vendas e serviços

A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

	2021	2020
Vendas brutas de intermediação	4.547	1.213
Outras receitas brutas operacionais	854	
Devoluções e cancelamentos	(872)	(127)
Impostos sobre vendas	(433)	(124)
Receita líquida	4.096	962

21 Custo das vendas e serviços e despesas gerais e administrativas

	2021	2020
Custos		
Comissões administrativas	(209)	(246)
Consultas de dados de clientes – Bureau	(1.248)	(774)
Anti-fraude	(92)	(60)
Total dos custos das vendas e serviços	(1.549)	(1.080)
Despesas comerciais		
Despesas com propaganda e publicidade	(1.015)	(1)
Campanhas de incentivo	(5)	(24)

Koin Administradora de Cartões e Meios de Pagamento S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2021	2020
Outras despesas	(14)	(34)
Total das despesas comerciais	(1.034)	(59)
Despesas gerais e administrativas		
Despesas com salários e ordenados	(13.555)	(6.177)
Despesas com benefícios	(1.775)	(1.031)
Impostos e contribuições sobre folha	(5.118)	(2.195)
Despesas com provisões (i)	(4.055)	(970)
Despesas de ocupação	(622)	(978)
Despesas com consultoria e assessoria	(2.567)	(1.494)
Despesas com tecnologia	(3.540)	(1.738)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.996)	(6.502)
Despesas tributárias	(1.180)	(170)
Despesas legais e judiciais	(559)	(545)
Despesas com depreciação	(456)	(368)
Reversão (provisão) para contingências	(107)	73
Despesas com outros serviços tomados	(1.236)	(1.274)
Perdas efetivas no recebimento (ii)	(5.287)	-
Outras despesas	(18)	(1.048)
Total das despesas gerais e administrativas	(45.071)	(24.417)

(i) Trata-se de obrigações trabalhistas, e o aumento está relacionado a provisões de bônus.

(ii) Trata-se das baixas de recebíveis por não expectativa de recuperação.

22 Receitas e despesas financeiras

	2021	2020
Despesas fianças bancárias	(360)	(3.000)
Despesas com juros de empréstimos	(2.396)	(2.470)
Despesas com juros de arrendamento	(329)	(134)
Despesas com juros de impostos	(528)	(724)
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	(379)	(474)
Perdas cambiais	(20)	(44)
Outras despesas financeiras	(18)	(798)
Despesas financeiras	(4.030)	(7.644)
Ganhos cambiais	2	1
Receitas de juros	5.524	3.229
Outras receitas financeiras	1	38
Receitas financeiras	5.527	3.268
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	1.497	(4.376)

23 Plano de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas

Koin Administradora de Cartões e Meios de Pagamento S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 25 de março de 2021, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o “Plano de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas” que tem por objetivo estimular a expansão, o êxito e os objetivos sociais da Companhia e os interesses de seus acionistas, com a outorga de direito de recebimento, a título não oneroso, de ações de emissão da Companhia, em termos e condições específicas.

A Companhia concederá aos elegíveis uma quantidade de Unidades de Ação Restrita estipulada individualmente, cada Unidade de Ação Restrita representa um direito não capitalizado, não garantido, de receber o valor monetário equivalente a uma Ação, sujeito aos termos estipulados no plano. A transferência das Ações Restritas para os Participantes somente se dará com o atingimento das metas propostas pela Companhia a cada elegível, dentro dos prazos previstos, nos seus Programas e nos Contratos de Outorga, de modo que a celebração do Contrato de Outorga e a outorga das Ações Restritas em si não garantem aos Participantes quaisquer direitos sobre as Ações Restritas ou mesmo representa a garantia do seu recebimento, os Participantes não terão quaisquer direitos e privilégios de acionista da Companhia em relação a tais Ações Restritas, em especial, o direito de voto e o direito ao recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio relativos às Ações Restritas.

Os elegíveis são as pessoas consideradas estratégicas para a Companhia, cuja retenção seja considerada parte estratégica para atingimento dos planos de crescimentos, estando limitados aos cargos de diretores e gerentes.

Cumprida as exigências especificadas no plano, a Companhia deverá entregar aos elegíveis, assim que razoavelmente praticável e, em qualquer caso, dentro de dois meses e meio, em seguida à Data de Exercício ao *Vesting* aplicável, uma Ação para cada Unidade de Ação Restrita que se tornar adquirida sendo a Ação Restrita cancelada mediante tal entrega.

As Unidades de Ação Restritas poderão ser objeto de vesting na respectiva Data de Vesting: 01 de dezembro de 2023, observando-se as seguintes disposições (a Exigência para o Vesting):

- a) Estar vigente o vínculo contratual entre o elegível e a Companhia no vesting;
- b) O exercício do direito pelo vesting será automático, se ocorrer, alternativamente uma das seguintes hipóteses: (i) a Oferta Pública de Ações (OPA), (ii) Rodada de Investimentos (Financial Roadshow) devidamente concluída e concretizada com o devido aporte financeiro pelo(s) novo(s) investidor(es), (iii) a mudança do controle acionário da Companhia antes do vesting, entendendo-se como tal mudança não somente a alteração do controle acionário, como também e cumulativamente, a alteração da administração da Companhia pelo Controlador; ou, ainda, (iv) reorganização societária que resulte em redução substancial do valor ou da liquidez das Ações Restritas em comparação com o preço e o volume médio negociado nos 06 (seis) meses anteriores à data da reorganização societária.
- c) Os elegíveis poderão converter a sua participação em recursos financeiros, por meio de venda de suas participações, observando-se os percentuais e período abaixo, sendo certo haver cumulatividade entre períodos, bem como ser necessário que a Companhia tenha alcançado o respectivo Plano de EBITDA do ano anterior, segundo a metodologia de cálculo: EBITDA Margin (%): EBITDA/Total Ingressos (Receita Total Bruta ou Receita Total das Vendas). Rentabilidade sobre ingressos, excluindo-se o TPV.
 - 25% em fevereiro de 2024
 - 25% em fevereiro de 2025
 - 25% em fevereiro de 2026
 - 25% em fevereiro de 2027

Koin Administradora de Cartões e Meios de Pagamento S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para precificar as ações a Companhia efetuou o *valuation*, sendo que cada contrato terá participação de um percentual específico deste montante (R\$ 136,6 milhões), que será provisionado por 26 meses a partir de novembro de 2021, sendo o valor total provisionado em 2021 de R\$ 840.

24 Eventos subsequentes

Em 31 de janeiro de 2022, o minoritário exerceu sua opção de venda dos 16% remanescente do capital social em circulação da Companhia pelo montante de R\$ 16.976. Nesta data, a controladora Dfinance passou a deter 100% das ações da Companhia.

Seção D - Políticas contábeis

25 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

25.1 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

25.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

25.3 Ativos financeiros

25.3.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria de mensuração "Mensurados ao custo amortizado".

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Koin Administradora de Cartões e Meios de Pagamento S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado.

25.3.2 Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

25.3.3 Mensuração

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

- . É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- . Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Os recebíveis da Companhia são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Instrumentos de dívida

A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio da Companhia para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. A Companhia classifica como Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/ (perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

26.3.4 Impairment

A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

25.3.5 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

25.4 Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber pela venda de prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos,

Koin Administradora de Cartões e Meios de Pagamento S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros quando aplicáveis, deduzidas das provisões para perdas. A Companhia provisiona perdas estimadas desde o momento da formação do contas a receber.

25.5 Ativos intangíveis

(a) Softwares

As licenças de *softwares* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. O software foi adquirido com os códigos fontes, o que possibilita à Companhia sua customização e atualização, tornando sua vida útil indeterminada.

(b) Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. As marcas que têm uma vida útil indefinida não estão sujeitas à amortização e são testadas anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*).

25.5 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

- . Máquina, equipamentos, inclusive de comunicação 10 anos
- . Móveis e utensílios e instalações - 10 anos
- . Computadores e periféricos e veículos - 5 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Despesas operacionais" na demonstração do resultado.

25.6 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu

Koin Administradora de Cartões e Meios de Pagamento S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

25.7 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram contratados no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

25.8 Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

25.9 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

25.10 Capital social

As ações são classificadas no patrimônio líquido.

25.11 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

Koin Administradora de Cartões e Meios de Pagamento S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada serviço.

O resultado da Companhia é oriundo, principalmente por:

- . Comissões recebidas pelos serviços de intermediações de pagamentos quando o cliente efetiva a reserva;
- . Juros sobre pagamentos parcelados oriundos da intermediação de pagamentos.

(a) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

25.12 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. As alíquotas atualmente aplicáveis no Brasil para o imposto de renda e a contribuição social são de 25% e 9% respectivamente.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

Koin Administradora de Cartões e Meios de Pagamento S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25.14 Arrendamentos

A Companhia aluga alguns andares de prédios comerciais para sua área administrativa. Em geral, o contrato de aluguel é realizado por período fixo de dez anos, porém eles podem incluir opções de prorrogação.

Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir:

- pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual.

Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes.

Para determinar a taxa incremental de empréstimo, a Companhia:

- sempre que possível, utiliza como ponto de partida taxas de financiamentos recentes contratados com terceiros, ajustadas para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que tal financiamento de terceiro fora recebido;
- usa uma abordagem progressiva que parte de uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pela Companhia, sem financiamento recente com terceiros; e
- faz ajustes específicos à taxa, como no prazo, país, moeda e garantia, por exemplo.

Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- quaisquer custos diretos iniciais; e
- custos de restauração.

Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor.

Os pagamentos associados aos arrendamentos de curto prazo e todos os arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de

Koin Administradora de Cartões e Meios de Pagamento S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

curto prazo são aqueles com prazo de 12 meses ou menos. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI e pequenos itens de mobiliário de escritório.

25.15 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro básico por lote de mil ações - utilizando o número médio ponderado de ações totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme Pronunciamento Técnico CPC 41.

25.16 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida somente na data em que são aprovados pelos acionistas, em reunião dos administradores.

25.17 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2021. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- **Alteração ao IAS 16 "Ativo Imobilizado"**: em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022.
- **Alteração ao IAS 37 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes"**: em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022.
- **Alteração ao IFRS 3 "Combinação de Negócios"**: emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2022.
- **Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020**: em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2022:
 - (i) IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.
 - (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
 - (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.
 - (iv) IAS 41 - "Ativos Biológicos" - remoção da exigência de excluir os fluxos de caixa da tributação ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS.

Koin Administradora de Cartões e Meios de Pagamento S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- **Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis"**: emitida em maio de 2020, com o objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um *wavier* ou quebra de *covenant*). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do IAS 1. As alterações do IAS 1 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2025.
- **Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis**: em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2025.
- **Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro**: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2025.
- **Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro**: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2025.

As normas acima não trarão impactos relevantes nas demonstrações da Companhia.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

* * *

Certificate Of Completion

Envelope Id: 5905010EE7D641658401A2C657282714

Status: Completed

Subject: Please DocuSign: KOIN2022 19052022.docx, KOINADMCARTOESMP21.DEZ.pdf

Source Envelope:

Document Pages: 36

Signatures: 1

Envelope Originator:

Certificate Pages: 2

Initials: 0

Vanessa Santos

AutoNav: Enabled

Av. Francisco Matarazzo, 1400, Torre Torino, Água Branca

Enveloped Stamping: Enabled

São Paulo, SP 05001-100

Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia

vanessa.santos@pwc.com

IP Address: 134.238.159.64

Record Tracking

Status: Original

20 May 2022 | 17:40

Holder: Vanessa Santos

vanessa.santos@pwc.com

Location: DocuSign

Status: Original

20 May 2022 | 20:40

Holder: CEDOC Brasil

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team@pwc.com

Location: DocuSign

Signer Events

Priscila C S Paschoal Gomes

priscila.paschoal@pwc.com

Associated Partner

PwC BR

Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate

Signature Provider Details:

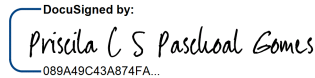
Signature Type: ICP Smart Card

Signature Issuer: AC SERASA RFB v5

Electronic Record and Signature Disclosure:

Not Offered via DocuSign

Signature

DocuSigned by:

 089A49C43A874FA...

Signature Adoption: Pre-selected Style

Signed by link sent to priscila.paschoal@pwc.com

Using IP Address: 134.238.160.188

Timestamp

Sent: 20 May 2022 | 17:46

Viewed: 20 May 2022 | 20:38

Signed: 20 May 2022 | 20:40

In Person Signer Events**Signature****Timestamp****Editor Delivery Events****Status****Timestamp****Agent Delivery Events****Status****Timestamp****Intermediary Delivery Events****Status****Timestamp****Certified Delivery Events****Status****Timestamp****Carbon Copy Events****Status****Timestamp**

Vanessa Santos

vanessa.santos@pwc.com

Senior Manager

PwC BR

Security Level: Email, Account Authentication (None)

Electronic Record and Signature Disclosure:

Not Offered via DocuSign

COPIED

Sent: 20 May 2022 | 20:40

Viewed: 20 May 2022 | 20:40

Signed: 20 May 2022 | 20:40

Witness Events**Signature****Timestamp****Notary Events****Signature****Timestamp**

Envelope Summary Events	Status	Timestamps
Envelope Sent	Hashed/Encrypted	20 May 2022 17:46
Certified Delivered	Security Checked	20 May 2022 20:38
Signing Complete	Security Checked	20 May 2022 20:40
Completed	Security Checked	20 May 2022 20:40

Payment Events	Status	Timestamps
-----------------------	---------------	-------------------